

SIONISMO E PROGRESSISMO: DOIS PROJETOS PARA O JUDAÍSMO BRASILEIRO (1901-1956)

CARLOS EDUARDO BARTEL*

O presente texto¹ aborda o confronto entre *sionistas* e *socialistas não-sionistas* com o objetivo de evidenciar de forma contrastiva seus *sistemas ideológicos* e as disputas decorrentes desse confronto. Para isso analisa as divergências transcorridas dentro do judaísmo no Brasil durante a primeira metade do século XX,² mais especificamente no período compreendido entre os anos de 1901, quando ocorrem os primeiros contatos entre judeus radicados no Brasil e as agências sionistas localizadas na Europa, e 1956, momento posterior a criação do Estado de Israel e no qual são denunciados os crimes do regime stalinista.³

Voltados para o judaísmo, ambos os grupos possuíam divergências culturais, inscrevendo seus projetos em diferentes concepções políticas. Assim, classificá-los como sistemas ideológicos e/ou movimentos políticos não significa deixar de lado seu viés cultural, pois “não podemos compreender as nações e o nacionalismo apenas como uma ideologia ou forma de política, devemos considerá-lo também como um fenômeno cultural”, dessa forma, o “nacionalismo, enquanto ideologia e movimento, deve ser relacionado com *identidade nacional*, um conceito multidimensional, e alargado de

* Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

¹ Este artigo é uma versão revisada, com acréscimos, do texto publicado na *Webmosaica* (Revista semestral de estudos judaicos do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall em parceria com a UFRGS) no segundo semestre de 2010. O mesmo foi produzido em decorrência de uma pesquisa de doutorado, que aborda o movimento sionista no Brasil e a formação da comunidade judaica brasileira durante a primeira metade do século XX. Visto isso, convém esclarecer que esse não é um tema novo no que tange aos estudos judaicos e, por outro lado, não temos aqui a pretensão de esgotar o assunto, pois seria impossível dar conta do tema, de suas variáveis e sua complexidade neste texto.

² Considera-se aqui ideologia como proposta e visões de mundo formadas por um conjunto de ideias. “Os sistemas ideológicos não se inventam, existem difusos, aflorando na consciência dos homens”, são elaborados “na memória dos homens, intrinsecamente, através de uma lenta evolução, imperceptível, mas cujos efeitos se descobrem de longe em longe, efeitos que no conjunto se deslocam e que podemos reconstruir” (DUBY, 1994, p. 80).

³ O recorte temporal aqui proposto se justifica por diferentes razões, isto é, em função das fontes pesquisadas, da proposta apresentada e dos marcos temporais que compreendem datas simbólicas que apontam para importantes acontecimentos do judaísmo brasileiro e universal. Cabe ainda referir que do ponto de vista temporal, o tema poderia ser estendido, abarcando todo o século XX, porém não é esse o caso. Por fim, não se trata meramente de uma abordagem sobre sionismo ou progressismo judaico, mas sim de verificar o contraste entre ambos os projetos e suas conseqüências para o judaísmo brasileiro.

forma a incluir sentimentos, simbolismo e uma linguagem específica” (SMITH, 1997, p. 9-10).

Formado por diferentes tendências políticas, grupos sociais e culturais, que seguiam diferentes perspectivas, as quais produziam nuances e conflitos dentro do movimento, o sionismo de Theodor Herzl tinha como proposta a criação de um Estado nacional para solucionar o antissemitismo.⁴ Por sua vez, a esquerda judaica antissionista também apresentava divisões, abarcando grupos que defendiam a criação de uma região autônoma judaica (RAJ), aproximando assim socialismo e nacionalismo, e outros que defendiam a assimilação dos judeus nos países onde estes estivessem radicados. Conforme Dina Kinoshita a Declaração Balfour (1917) dividiu a esquerda judaica, visto que “parcelas significativas da juventude judaica mostravam simpatia pela nova sociedade que estava sendo construída” [na Rússia]. Uma parte destas massas tornara-se comunista ou socialista porque vislumbrava aí um caminho possível para aquisição da cidadania embora pretendesse preservar prioritariamente sua cultura e tradição. Outros entenderam que a questão judaica não poder-se-ia resolver de forma particular, que fazia parte da solução dos problemas universais (KINOSHITA, 2000, p. 379).

De forma resumida, a esquerda judaica antissionista abarcava em suas fileiras correntes assimilacionistas e a ligada ao Bund (*Algemeiner Yidisher Arbeterbund In Lite, Poilen Un Rusland* ou Sindicato Geral dos Trabalhadores judeus da Lituânia, Polônia e Rússia). Os judeus comunistas almejavam o internacionalismo como seu fim, sendo por isso *a priori*, contrários ao nacionalismo, que representava um retrocesso para o projeto socialista.⁵

Ao analisar dois movimentos seculares, polarizados através de grupos guiados por diferentes sistemas ideológicos, um priorizando o viés nacional e o outro a consciência

⁴ Cabe assim referir que o sionismo de Theodor Herzl era formado por um conjunto de idéias que extrapolavam a mera criação de um Estado nacional. Sobre isso ver a obra de sua autoria *O Estado Judeu* (1998), em especial as páginas 57 até 63, as quais abordam “a questão judaica”, “das causas do anti-semitismo” e “conseqüências do anti-semitismo”, entre outros temas.

⁵ A assimilação e a integração social não são ideias exclusivas de grupos de esquerda. Judeus da Europa Ocidental e Central, contrários ao socialismo e ao sionismo, mas, igualmente, visando solucionar a *questão judaica*, defendiam a integração social e econômica dos judeus nos países onde estes estivessem radicados, sendo esse o caso da Jewish Colonization Association e do judaísmo reformista. O judaísmo reformista, opondo-se em parte ao sionismo, pretendia harmonizar os costumes e os rituais judeus com o meio protestante alemão que servia de modelo para muitos. Entre as reformas propostas por esse movimento, que tem suas origens na Alemanha, no começo do século XIX, encontra-se o enfraquecimento da dimensão étnica do judaísmo, cujos adeptos transformam-se assim, em *alemães de confissão mosaica* (RABKIN, 2009, p. 41).

de classe, o propósito deste texto é verificar as fraturas e oposições existentes dentro do conjunto, isto é, do judaísmo. A oposição entre nacionalismo e socialismo “constitui um dos principais eixos da história europeia do século XX. Entretanto frequentemente identidade de classe e identidade nacional coexistiram: a preferência por uma delas em determinada conjuntura política não significa, necessariamente, a rejeição da outra” (THIESSE, 2001/2002, p. 19).⁶

No texto são utilizados os termos “sionistas” para caracterizar os judeus favoráveis a criação de um Estado nacional segundo a concepção de Theodor Herzl, e “progressistas”, “judeus vermelhos”, “antissionistas” ou “judeus socialistas não-sionistas”, para definir os grupos contrários ao projeto sionista. A expressão “judeus de esquerda contrários ao sionismo” é necessária visto que o sionismo também abarcava em suas fileiras partidos e movimentos de inspiração marxista.

O sionismo produziu modificações na identidade judaica, tendo por base o modelo do Estado-nação europeu como suporte fundamental da nova identidade, que se distinguiu do judaísmo tradicional alicerçado por uma consciência religiosa. Em sua fase inicial a pretensa simplicidade do projeto sionista, apresentado por Theodor Herzl no livro *O Estado judeu* (1896), encontrou inúmeros obstáculos devido à rejeição de grupos judaicos que seguiam ideias assimilacionistas, socialistas ou ainda a tradição judaica vinculada a *Torá*. Por outro lado, a dimensão do projeto e o seu desenvolvimento em diferentes contextos sociais e políticos permitiu uma série de nuances que modificaram sobremaneira o movimento. Se havia consenso sobre a criação do Estado judeu, o mesmo não acontecia acerca dos caminhos para se alcançar tal objetivo, pois correntes partidárias de esquerda, de direita e religiosa, divergiam sobre como atingir o fim almejado. Também havia discordância a respeito do modelo político e econômico a ser implantado no *Estado imaginado*.

Permeada por discussões e conflitos internos a ideia sionista manteve-se coesa tendo como núcleo central a criação de Israel, o fim da diáspora e, por extensão, do

⁶ Socialismo e nacionalismo judaico encontraram respaldo no Leste europeu, onde se desenvolveram de forma distinta. “O projeto de Hezl teria mergulhado rapidamente no esquecimento, não fosse o concurso entusiasta dos judeus do Leste [...] ...é a mesma geração que, em face de uma miséria material e moral sem solução, pontilhada por *pogroms* cada vez mais frequentes, viu erguerem-se os grande paladinos de uma mudança radical, os Weizmann, e os Ben Gurion – ao mesmo tempo que os Trotski e as Rosa Luxemburgo, arcanjos do internacionalismo integral. [...] As relações entre o sionismo e o socialismo foram marcadas por inúmeras tentativas de conciliação, e por passagens de um campo para outro” (POLIAKOV, 2000, p. 17).

antisemitismo, a *aliá* e a recriação do hebraico. No Brasil, tal projeto, conhecido desde 1901 por judeus radicados no norte do país, desenvolveu-se com mais intensidade a partir da vinda de imigrantes do leste europeu para as regiões sul e sudeste entre as décadas de 1910 e 1930.⁷ Se por um lado havia divergências, por outro *sionismo* e *progressismo* apresentavam semelhanças em terras brasileiras, pois ambos foram gerados no exterior e implantados no país por meio da imigração, a qual atualizava os respectivos movimentos com informações trazidas do Velho Continente, onde se localizava a sede da Organização Sionista Mundial (OSM) e a matriz dos principais partidos sionistas. Após o surgimento dos primeiros núcleos sionistas brasileiros entre 1913 e 1918, o movimento gradualmente ampliou seus quadros.

Da Europa também vieram às fontes de contestação ao sionismo. Entre as ideias defendidas pela esquerda judaica antissionista destacaram-se a assimilacionista e a perspectiva da autonomia cultural dos judeus, visão defendida pelo Bund e a mais difundida entre os judeus radicados no Brasil. A primeira referia que a questão judaica seria resolvida pela *ditadura do proletariado*, pois em uma sociedade igualitária, onde todos tivessem acesso aos meios de produção e os lucros fossem coletivizados não haveria espaço para o antisemitismo, por isso, os judeus deveriam se assimilar em termos sociais e culturais às sociedades hospedeiras e se engajar na *luta de classes* enquanto parcela explorada do capitalismo. O proletariado judeu, da mesma forma que os outros, se quisessem romper seus grilhões, deveria lutar pelo advento de um mundo sem nações e sem classes. Por sua vez, o Bund aproximando teoricamente nacionalismo e socialismo tinha por finalidade aproximar judaísmo e socialismo russo, sem ser assimilado culturalmente por este, vislumbrava uma sociedade socialista e pleiteava direitos de autonomia cultural para os judeus, defendendo a manutenção da cultura ídiche e a particularidade histórica e cultural judaica.⁸

⁷ Em 1943, o líder sionista-brasileiro Davi José Perez proferiu uma palestra em homenagem ao “vigésimo aniversário da morte de Max Nordau”, realizada no Rio de Janeiro na Biblioteca Israelita Bialik, nesta ao recordar os primeiros contatos com as centrais sionistas da Europa em 1901, apresentou as correspondências trocadas nesse período entre ele e Max Nordau. Cf. “Respeitado pela força da palavra e da lógica” a vida de Max Nordau através da brilhante conferência do Dr. David Perez. Revista *Aonde Vamos?*, n. 07, Rio de Janeiro, 22 abril de 1943, p. 17.

⁸ O Bund representou um papel importante no Primeiro Congresso do Partido Social-Democrata Russo, ao defender a fórmula federativa – a mesma que foi adotada pela União Soviética. As discussões polêmicas que decorreram daí colocaram a “questão nacional” no primeiro plano, coisa com que os teóricos do marxismo quase não se haviam preocupado no início. Ver. POLIAKOV, 2000, p. 13-18.

No Brasil, as diferenças entre sionistas e antissionistas de esquerda podem ser resumidas da seguinte forma: para os sionistas a *normalização* do povo judeu se daria através da criação de um Estado nacional que reuniria os judeus dispersos num território próprio, e para os idichistas (geralmente associados ao Bund), pelo reconhecimento de direitos de autonomia cultural – baseada na língua iídiche para as minorias nacionais nos respectivos países onde morassem (BONDER; SORJ, 2001, p. 116). Assim, enquanto uns se propunham transformar totalmente a condição dos judeus; outros desejavam metamorfosear a sociedade em seu todo (POLIAKOV, 2000, p. 17).

Para os sionistas, juntamente com a criação de Israel se fazia presente (do ponto de vista teórico e discursivo) a ideia de fim da diáspora, enquanto que os antissionistas mostravam-se favoráveis a diáspora, defendendo a integração dos judeus na sociedade brasileira resguardando sua autonomia com base na cultura iídiche. Bernardo Sorj ao mencionar que o Bund, ao centrar sua identidade na cultura iídiche, desconhecia os laços que uniam os judeus do mundo, excluindo aqueles que só falavam ladino, árabe ou outra língua local, aponta para outra questão: o conflito entre hebraístas e idichistas, que dinamizou e permeou as divergências entre sionistas e progressistas no Brasil (BONDER; SORJ, 2001, p. 130).

Sionistas e progressistas: origens e divergências no Brasil

No Brasil o movimento sionista adquiriu maior expressão com a associação Tiferet Sion (Beleza de Sion), criada em 1913 no Rio de Janeiro. Entre os anos de 1916 e 1918 outros núcleos sionistas foram organizados em São Paulo, Belém do Pará e Curitiba. Além destas entidades, em 1916, David José Perez organizou na capital federal o jornal sionista *A Columna*, que tinha “por finalidade defender os interesses dos israelitas no Brasil”. O periódico “provocaria o interesse de toda a comunidade judaico-brasileira, atraindo leitores de todos os estados, sendo um de seus principais objetivos a aglutinação e o despertar de consciência dos imigrantes para uma comunidade organizada e sua integração na sociedade brasileira” (FALBEL, 2005, p. 16). Na década de 1920 o movimento ampliou seus horizontes, sendo em 1921, representado pela primeira vez, em um Congresso Sionista Mundial, no ano seguinte foi realizada no Rio

de Janeiro a 1ª Conferência Territorial Sionista, na qual foi criada a Federação Sionista do Brasil.

Os primeiros agrupamentos progressistas também surgiram no Rio de Janeiro. A Biblioteca Israelita Scholem Aleichem (BIBSA), fundada em 1915 por imigrantes, deu origem no início dos anos 1920 a Associação Scholem Aleichem (ASA) que segundo Esther Kuperman, se configurou como o “principal espaço de reunião da esquerda judaica carioca”. A historiadora esclarece que a BIBSA não era dominada “pelos progressistas no início dos anos 1920 e que somente a partir de 1928 ficou sob hegemonia dos judeus comunistas, sendo a primeira instituição da comunidade a ter esta característica” (KUPERMAN, 2004, p. 227; 233). Tal assertiva é reforçada por Samuel Malamud, líder sionista, memorialista étnico do judaísmo brasileiro e secretário da diretoria da Biblioteca no ano de 1927. Período em que, segundo ele, “a luta em torno dessa entidade ainda não havia começado”. Conforme o memorialista o acirramento das divergências entre sionistas e não-sionistas teve início em 1928, “quando os progressistas tomaram conta da BIBSA”. (MALAMUD, 1983, p. 32-33).⁹

A fim de não se cometer equívocos, principalmente os de caráter anacrônico, a análise do confronto entre sionistas e progressistas deve ser inscrita em seu contexto temporal. Sendo, portanto, questionável a afirmação do pesquisador Sydenham Lourenço Neto (2008, p. 231), quando este refere: “é um fato instigante que Samuel Malamud, provavelmente o principal líder sionista brasileiro, tenha se tornado secretário da BIBSA em 1927”. Cabe assim, esclarecer que nesse período, o imigrante Malamud, ainda não era “o principal líder sionista brasileiro”, mas sim um jovem militante do movimento. Dessa forma, o prestígio adquirido e atribuído a Malamud como líder sionista é posterior ao período em que ele foi secretário da BIBSA, e conforme esclarece o próprio Malamud em seu livro de memórias, “em 1927 ainda não havia um conflito aberto entre sionistas e progressistas”. Assim, as divergências entre progressistas e sionistas se encontravam em estado de latência nos anos 1920, se intensificando no final dessa década.

⁹ Outro agrupamento que reuniu judeus de esquerda não-sionistas foi a Biblioteca Davi Frischman (BDF), criada em outubro de 1922, em Niterói/RJ. A BIBSA, a BDF, e demais entidades como, o Clube Cabiras, a cozinha popular da Praça Onze, o Socorro Vermelho Judaico (BRAZCOR) e a Sociedade Beneficente das Damas Israelitas Froien Farain formavam a frente de esquerda não-sionista do Rio de Janeiro. Ver KUPERMAN, 2004; TELO DA CORTÊ, 2007.

Em São Paulo a primeira entidade progressista também remete aos anos 1920, em 1928 foi fundado o Jugund Club (Clube da Juventude), denominado posteriormente como Centro de Cultura e Progresso. Fundado “por imigrantes judeus vindos da Europa, e com clara posição socialista (...). Este clube caracterizava-se por uma posição de esquerda não-sionista na coletividade judaica paulistana” (KLEINAS, 2004, p. 247).

Apresentando-se como detentores da cultura judaica e visando aplicar seus respectivos projetos, sionistas e progressistas, preocupavam-se com educação judaica das futuras gerações. Em 20 de novembro de 1922, na quarta sessão da Conferência Sionista, foram propostas algumas resoluções nesse sentido, como a implantação de uma educação moderna nacional-hebraica e a criação de escolas judaicas no Brasil. A escola, potencialmente, desempenhava um papel de órgão difusor da cultura e dos valores de cada grupo – sionistas e progressistas -, sendo a identidade judaica construída de acordo com o que propunham os mesmos, em outras palavras a escola servia como um instrumento capaz de propagar e legitimar os sistemas ideológicos. Na revista sionista *Aonde Vamos?* são frequentes notícias sobre a celebração de datas cívicas brasileiras em escolas judaicas, nas quais também se cantava a *Hatikva* [esperança], que desde o primeiro Congresso Sionista Mundial, em 1897, passou a ser o hino nacional do *Estado imaginado*.¹⁰

Além das celebrações, para o sionismo também a língua do Estado judeu e das futuras gerações deveria ser o hebraico, visto como idioma primordial judaico que agregaria os judeus dispersos. Ideia levada ao extremo, por grupos sionistas de direita, como o Betar:

O Betar reconhece o Hebraico como a única e eterna língua do povo judeu. Na Palestina, deve tornar-se a língua em todas as fases da vida, na Diáspora deve, pelo menos, ser a linguagem do sistema educacional judaico, começando com o jardim de infância até o fim da escola secundária (mais tarde, talvez, na vida universitária também – se tivermos algum dia universidades judaicas na Diáspora). Na educação de cada criança judaica deve ser o começo e a base de tudo. Uma criança judaica que ignora o hebraico não é completamente judaica, mesmo se ela for Betarí [sic].¹¹

¹⁰ Ver revistas *Aonde Vamos?*, anos de 1944 e 1945.

¹¹ A ideologia do Betar. In: *Isto é Betar!* Editado pela Netzivut Betar do Brasil, s/local: 1947, p. 20. Arquivo Josef Halpern (AJH) Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre/RS.

Assim, para os sionistas de direita a língua ídiche era estimada pela “riqueza de sua literatura e imprensa”, também era estimado “o ladino dos sefaradim (judeus de descendência ibérica) que servia como remédio excelente contra a assimilação”. Porém, “uma língua nacional, no entanto, é algo diferente e muito mais. Não pode ser uma língua que a nação adotou no percurso de sua história, derivada de um povo estranho. Uma língua nacional é a que nasce simultaneamente com a nação, e depois a acompanha, seja de uma forma ou de outra, durante a sua vida inteira. Para nós, é esta o hebraico” [sic].¹²

A situação além de não ser tão simples quanto parece, apresentava inúmeras contradições, pois, no Brasil muitos sionistas, para não dizer a maioria eram provenientes da cultura ídiche e por tal motivo os debates transcorridos na Conferência Sionista de 1922 foram realizados nessa língua. Situação que gerou protestos por parte dos sefaraditas, que tinham dificuldade em acompanhar os debates por não compreenderem o ídiche. A discussão gerada por essa “questão foi suficiente para que se aprovasse uma resolução indicando o Delegado Miguel Lafer como tradutor, para resumir em português os assuntos tratados” (FALBEL, 2008, p. 400). Igualmente, muitos emissários sionistas estrangeiros que defendiam o hebraico utilizavam também o ídiche, entre outros idiomas como o francês e o espanhol, para se comunicar com os judeus radicados no Brasil. Por fim, o próprio teatro ídiche serviu como instrumento de propagação do nacionalismo judaico.¹³

Se muitos sionistas não viam problema no ensino tanto o hebraico, quanto do ídiche, outros partidários do movimento não se mostravam tão tolerantes em relação ao assunto, pois o uso de uma das línguas judaicas expressava o embate entre duas perspectivas políticas distintas (KUPERMAN, 2004, p. 231). Assim, “a querela - Revolução ou Sião?” era acompanhada “de uma querela lingüística entre ídiche e o hebraico... (POLIAKOV, 2000, p. 33).

Discussões em torno da educação e do idioma abriam caminhos para novos debates, como quais conteúdos deveriam fazer parte do currículo escolar? educação religiosa ou nacional? As combinações possíveis entre esses e outros temas forneciam inúmeras variações que iam ao encontro dos anseios individuais de cada judeu e de seu

¹² A ideologia do Betar. In: *Isto é Betar!* Editado pela Netzivut Betar do Brasil, s/local: 1947, p. 20.

¹³ Ver GUTFREIND, 2004.

grupo, fosse ele sionista, progressista ou religioso. Entretanto, se da perspectiva individual era possível conciliar ideias divergentes, o mesmo não ocorria do ponto de vista ideológico. Dessa forma, a ideia de uma educação a serviço da causa sionista entrou em rota de colisão com os propósitos progressistas.

A implantação de um projeto educacional judaico no Brasil de acordo com os propósitos sionistas, aproximou sionismo e *Jewish Colonization Association (JCA)*, vista pelos primeiros como uma entidade assimilacionista. Atuou como mediador dessa aproximação o rabino Isaias Raffalovich, sionista e representante da JCA no Brasil. Com isso, no Rio de Janeiro os socialistas iídichistas passaram a encontrar maior resistência por parte dos hebraístas, pois o apoio dado pela JCA em 1925, à formação de uma rede escolar judaica “provocou um confronto entre sionistas/hebraístas e anti-sionistas/iídichistas, o que torna evidente que as diferenças política/lingüísticas/ideológicas já eram latentes dentro da comunidade naquele ano” (KUPERMAN, 2004, p. 230).

A discussão envolvendo educação e idioma se inscrevia assim em projetos maiores. Enquanto os sionistas se movimentavam para criar um Estado nacional, a proposta do Bund mostrou-se viável a partir de 1929, quando a União Soviética de Stálin acenou com a criação de uma região autônoma judaica (RAJ) na Sibéria, designando Birobidjan como local destinado aos judeus. “Convictos desta última idéia, os adeptos de Moscou na comunidade judaica do Brasil desencadearam no fim dos anos 1920 e início dos anos 1930 uma luta ferrenha contra o sionismo, enquanto promoviam campanhas financeiras em prol da colonização judaica na Criméia e em Birobidjan” (MALAMUD, 1983, p 31).¹⁴

Sionistas e progressistas: panorama dos conflitos e divergências

No final dos anos 1920, “as instituições judaicas do Rio e São Paulo, assim como as de outros estados, passavam por um processo de consolidação, o que é confirmado pelo número de edifícios comunitários que se construíram ou alugaram com esta finalidade” (FALBEL, 2005, p. 126). Em meio a esse processo,

¹⁴ Sobre o assunto Ver WEINBERG, 2000.

...se desenvolveu uma luta entre sionistas e esquerdistas anti-sionistas [sic] pelo controle das entidades comunitárias. Os esquerdistas compareciam mobilizados às assembléias-gerais das principais entidades filantrópicas, culturais, sociais e mesmo de caráter religioso como a Sociedade do Cemitério Israelita, para provocar conflitos, estabelecer confusão e apoderar-se das diretorias. A primeira entidade no Rio que ficou inteiramente sob controle dos chamados progressistas foi a Biblioteca Scholem Aleichem. Nos anos 20 já existia no Rio um clube denominado Centro Operário Morris Vintschevsky de tendência absolutamente esquerdista (MALAMUD, 1983, p. 32).

As divergências entre sionistas e progressistas transcorridas no Rio e em São Paulo ocorreram também em outros estados brasileiros. A partir de 1933 surgiram as primeiras manifestações da comunidade judaica de Belo Horizonte frente a alguns problemas nacionais e, principalmente, frente ao antissemitismo europeu. E, junto com a politização e o crescimento da comunidade, acirraram-se as divergências internas que provocaram a divisão e o aparecimento de duas comunidades (a sionista e a progressista). As disputas ideológicas tornaram-se complexas, e o consenso não pode ser mais atingido. Além da cisão ideológica, havia o grupo sefaradita (já minoritário) lutando para manter suas tradições particulares.¹⁵

No sul do país não foi diferente, no Paraná a existência de judeus progressistas em Curitiba é percebida pelo menos desde os anos trinta, os quais apenas nos anos 1950 se organizam de maneira institucionalizada (FELDMAN, 2001, p. 139). No Rio Grande do Sul onde o sionismo revisionista se organizou com maior força atuando na vida comunitária, o progressismo foi mais tardio quando comparado com outros estados. Em Porto Alegre, o progressismo se manifestava através de iniciativas individuais de judeus que não participavam das campanhas financeiras em prol de Israel e nem do movimento sionista. No início da década de 1950 esse grupo se reuniu em torno do Clube de Cultura.¹⁶

Entre os anos de 1920 e 1940 a discriminação contra os judeus se manifestou através de um discurso anti-judaico católico, de movimentos fascistas como o integralismo, personificado na figura de Gustavo Barroso e através de setores do governo varguista. Com o Estado Novo (1937-1945), o sionismo foi proibido de exercer suas atividades em 1938, porém continuou realizando suas atividades através de diferentes estratégias, não havendo assim perseguição contra o movimento, que

¹⁵ Sobre judaísmo em Belo Horizonte ver PFEFFER, 2003.

¹⁶ Sobre o movimento progressista judaico no Rio Grande do Sul ver AGUIAR, 2009.

inclusive se aproximou do governo brasileiro nesse período. É bastante conhecido o episódio no qual líderes comunitários e sionistas em nome da comunidade judaica doaram aviões ao governo varguista, em 1942. Por sua vez, movimentos de esquerda, judaicos ou não, foram vigiados e perseguidos pelo governo brasileiro, durante esse período e mesmo posteriormente. Documentos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, localizados no Arquivo Público Estadual do Rio de Janeiro (APERJ), abordando os “judeus no Brasil” confirmam essa afirmação, após analisar as características dos judeus religiosos, o documento refere o seguinte:

A outra parte dos judeus, mais fiel as suas opiniões políticas, de que as tradições religiosas (sic), divide-se em duas partes: a de tendências comunistas e a outra, a maior, de tendências sionistas.

A de tendências marxistas, ou melhor comunistas, é constituída por um grupo de judeus, na maioria dos que não tiveram o êxito financeiro que os outros tiveram no Brasil, ambulantes fracassados, pequenos artesãos, empregados, etc. que de um modo geral são tidos em pouco apreço pelos demais. De modo geral, já vinham do seu país de origem com idéias comunistas, embora, aqui, no Brasil, se abstivessem de participar das atividades do PCB. São, de um modo geral, elementos que fizeram parte da antiga organização comunista russa MOPR ou em russo Nejdunarodnoie Obschtchestvo Pomoschtchi Rabotchim [sic] ou em português, Sociedade Internacional de Auxílio aos Trabalhadores ou como é mais conhecida “Socorro Vermelho Internacional”. Estes elementos estão, de um modo geral, concentrados na Biblioteca Israelita Brasileira “Scholom Aleichem”, mantendo ainda, a Escola Israelita Brasileira “Scholom Aleichem”. [...] O seu jornal expoente é, atualmente, o “Unser Stime” (Nossa Voz).

Apóiam o ideal judaico de um Estado próprio, porém de cunho marxista e satélite da Rússia e rejeitam o hebraico, adotado pelos sionistas e Estado de Israel, como língua unificadora, admitindo, somente o “idisch” por ser o idioma popular [...]. Em 1934-35, organizaram uma cozinha proletária, na Praça 11 [...], que posteriormente, foi fechada pelas autoridades brasileiras [sic].¹⁷

¹⁷ O documento não precisa sua data, pois a pasta, intitulada “Setor Israelita”, contendo documentos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI), apresenta duas datas: 06 de fevereiro de 1953 e 20 de outubro de 1954, que presumo ser a data do documento. Cf. “Setor Israelita”, Arquivo Público Estadual do Rio de Janeiro (APERJ). O documento ainda refere: “Por sua vez, os judeus, além da preservação das tradições religiosas, nutrem um forte sentimento de judaísmo, isto é, procurar conservar através de séculos, a sua feição judaica. Para este fim, tratam, principalmente, de impedir casamentos de seus filhos com elementos não judeus. Por outro lado o incremento do nacionalismo é feito através de escolas, grêmios beneficentes e literários, comunidades religiosas de bairro. Apesar de tudo isso é verídico que os filhos de judeus nascidos no Brasil, exatamente devido ao fato de não se fazerem no Brasil quaisquer restrições para atuação dos judeus nos diversos setores da economia do país ou nas profissões liberais e deste modo têm acesso a todos os setores culturais onde queiram se dirigir, têm se assimilado a vida do país, embora contrariamente a vontade de seus pais, e, principalmente, das inúmeras agremiações sionistas fundadas no país por emissários da central sionista”.

Nesse contexto, o sionismo procurou demonstrar uma imagem positiva dos judeus brasileiros, desvinculando-os de movimentos de esquerda. Na pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação da UFRGS é possível verificar a aproximação entre dirigentes sionistas brasileiros e o governo federal ainda durante o Estado Novo. Em março de 1944, Aron Neumann, militante sionista e repórter da revista *Aonde Vamos?* entrevistou Viriato Vargas, que referiu o seguinte:

É sionista? Pois bem, alegro-me, simpatizo com os sionistas. O sionismo é uma aspiração justa, nobre, daquela parte dos judeus que querem ter seu próprio Estado na Palestina, sua pátria, sua e demais ninguém; e por outra parte possibilitara aos cidadãos de religião judaica que são bons patriotas de suas terras de origem ou adoção, de auxiliarem seus correligionários sem pátria, de terem o seu lar nacional, e isto é importante, não deixará dúvidas quanto a integração dos judeus nas suas pátrias.

Sim, meu amigo, gosto do judeu nacionalista, enquanto desconfio do internacionalista, e gosto do judeu brasileiro, que é meu concidadão, há muitíssimo entre eles dos melhores. Não vejo nenhuma contradição nisto. E considero os judeus entre os mais leais cidadãos que possam haver.¹⁸

Após a Segunda Grande Guerra Mundial aconteceu um *boom* do sionismo que contou com a presença constante de emissários da OSM em território brasileiro, os quais falavam em nome do judaísmo mundial, houve assim uma ligeira modificação nas relações entre sionistas e progressistas, pois a Segunda Guerra, a criação de Israel e o seu reconhecimento por parte da URSS atenuaram o confronto entre sionistas e progressistas, porém tal aproximação não fez desaparecer as divergências. O sionismo ainda fazia sentido, visto que a Guerra de 1948-1949 exigia mobilização constante em torno da existência e da manutenção do Estado judeu. No período pós-guerra continuou a pressão ou o esforço de conversão do sionismo perante os demais grupos judaicos brasileiros.¹⁹

Por sua vez, os movimentos de esquerda alinhados com Moscou modificavam sua ação de acordo com as normas emitidas pelo governo soviético após o término da

¹⁸ NEUMANN, Aron. Sim, há no Brasil homens iminentes ao nosso lado! Uma entrevista com o Coronel Viriato Vargas. *Aonde Vamos?*, n. 55, Rio de Janeiro, 23 de março de 1944, p. 03, 04; 22. Outras declarações de Viriato Vargas foram publicadas na edição de 30 de março. Cf. VARGAS, Viriato. A bondade dos brasileiros transforma o Brasil em paraíso das vítimas de Hitler. *Aonde Vamos?*, n. 56, Rio de Janeiro, 30 de março de 1944, p. 04-05. Sobre judeus de esquerda ver também IOKOI, 2004.

¹⁹ Cf. A Organização Sionista do Brasil conta com o apoio de toda a coletividade israelita de São Paulo e expressa a confiança de validamente contribuir para estreitar cada vez mais os laços entre os judaísmos, para chegar ao único judaísmo, o de um povo em marcha ascensional para o próprio bem e o bem da humanidade. Inaugurou-se solenemente o setor paulista da Organização Sionista. *Aonde Vamos?*, n. 127, Rio de Janeiro, 06 de Setembro de 1945, p. 30. Sobre a atuação dos emissários sionistas no Brasil ver BARTEL, 2006.

Segunda Guerra Mundial. As organizações progressistas passaram a participar, então, do trabalho de mobilização de recursos em prol das vítimas da guerra, em cooperação com o Comitê Hebreu-Brasileiro, e posteriormente também da campanha em prol da Haganá, o exército de defesa judaico em Eretz Israel (MALAMUD, 1983, p. 59). A União Soviética foi um dos primeiros países a reconhecer o Estado de Israel, inclusive partiu do Bloco soviético grande parte do armamento que contribuiu para a vitória de Israel na Guerra árabe-israelense (1948-1949). Em São Paulo o Centro de Cultura e Progresso apoiou a criação do Estado judeu (KLEINAS, 2004, p. 247). Assim, cabe ressaltar que

...o imediato pós-guerra constituiu um momento em que por um lado a comunidade judaica engrossou sua simpatia pela esquerda e por outro, é um momento de grande unidade do povo judeu. Sionistas e comunistas apóiam a criação do Estado de Israel – se para os primeiros essa criação simboliza a realização de um sonho milenar de volta a “terra prometida”, para os segundos, trata-se de um movimento de libertação nacional em que o apoio soviético para um estado judeu, afetaria os interesses imperialistas numa região altamente estratégica como tem sido ao longo deste século, o Oriente Médio. Por outra parte [...], a atitude dos comunistas sempre foi matizada por um outro sentimento: havia a esperança de um reflorescimento das comunidades judaicas no Leste Europeu, que seria a experiência socialista, e não sionista, de solução da “questão judaica” (KINOSHITA, 2000, p. 385).

O apogeu do sionismo foi também o início de sua crise, visto que muitas questões professadas pelo movimento, como o fim da diáspora, por exemplo, mostraram-se inviáveis, mesmo que militantes mais exaltados como o emissário kibutziano Sholomo Lipsky, fundador de diversos núcleos das Pioneiras no Brasil, ordenasse a “liquidação, tão rápida quanto possível, da diáspora, e aliá em massa para Israel”.²⁰ Da mesma forma, o progressismo e suas visões de mundo, que originaram os *kibutz*, sofreram duros golpes. O fracasso do projeto Birobjian, a perseguição do governo brasileiro, a criação de Israel, o desinteresse das novas gerações pelo iídiche - estimulado pelo sionismo - e por fim as denúncias de Nikita Krutchev, em 1956, na XX Conferência do Partido Comunista sobre os crimes do regime soviético sob a liderança de Stalin fizeram com que seus intelectuais e militantes repensassem seus rumos.

²⁰ Cf. A primeira grande “Aliyá” do Brasil. *Aonde Vamos?*, n. 304, Rio de Janeiro, 17 Março de 1949, p. 6.

Também em 1956, devido a Crise de Suez, é possível se verificar através de um artigo da revista *Aonde Vamos?* uma tentativa de aproximação entre sionistas e progressistas, em torno do Estado de Israel:

Há tempos, como, aliás, em várias ocasiões aqui registramos, fizeram-se sentir também no meio dos judeus progressistas de nosso país, as conseqüências do abalo ocasionado pelas revelações de um anti-semitismo que vitimou, de maneira cruel, não apenas judeus como tais, mas a fina flor dos comunistas judeus que atuaram nas artes, nas letras e que ocuparam tantas posições de destaque na Rússia e nos países atrás da Cortina de Ferro [...]. No fim de semana passada, finalmente, teve lugar uma Convenção do “IKUF”, espécie de entidade-teto de associações culturais, educacionais, recreativas e filantrópicas dos elementos progressistas. Estavam representados todos os Estados, menos Rio Grande do Sul e Pernambuco. O objetivo principal desse conclave foi definir, a altura dos acontecimentos que abalam o mundo judeu, a posição dos progressistas em face de Israel. As opiniões, grosso modo, dividiam-se da seguinte forma: os que se manifestaram contra Israel; os que eram contra o Estado Judeu, mas não o admitiam publicamente e, finalmente, o grupo, em grande maioria, que se colocava ao lado de Medinah.

Interpelamos o sr. Aron Schenker a respeito, tendo-nos o antigo ativista confirmado, em princípio, o que acima informamos, declarando, porém, que, mesmo tendo havido divergências na discussão, uma vez que a maioria resolvera a questão, todo setor progressista, inclusive de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, estava decidido a levar avante o seu apoio moral e material a Israel...²¹

Através do extenso texto intitulado “Em que sentido evoluirão os progressistas do Brasil?” publicado em *Aonde Vamos?* é possível perceber a difícil situação imposta ao judeus não-sionistas, os quais deveriam decidir se apoiariam ou não o novo estado nacional:

Apenas encerrado o conclave do IKUF – entidade-teto dos progressistas do Brasil, de cujas decisões da semana passada nos ocupamos em nossa edição anterior, entrou este setor em polvorosa. Com efeito, uma forte crise manifestou-se em torno da maneira de efetivar-se a decisão,

²¹ Cf. Importante decisão do setor progressista. *Aonde Vamos?*, n. 699, Rio de Janeiro, 15 de Novembro de 1956, p. 10. Cabe referir que a visão da revista *Aonde Vamos?*, é parcial, pois a revista era declaradamente sionista, bem como seus editores e colaboradores, os quais militavam ativamente nas fileiras do movimento. Convém ainda mencionar que o Relatório Khrushchev só foi divulgado na íntegra pelo Estado de São Paulo em outubro de 1956. Isto abriu um grande debate nas fileiras do Partido para acabar com o autoritarismo reinante no PCB. Houve debates acirrados, mas uma parte expressiva dos progressistas resolveu dar um voto de confiança à URSS uma vez que os crimes foram denunciados e se buscava corrigi-los. As entidades progressistas foram mantidas. Em São Paulo, contrariando a tradição de unidade, foram lançadas duas chapas no Instituto Cultural Israelita Brasileiro e os progressistas mantiveram o controle da entidade. No Rio de Janeiro também. O jornal *Unzer Shtime* continuou circulando até o golpe de 1964. O esvaziamento das entidades progressistas só ocorre depois do golpe militar e se acentua após a Guerra dos Seis Dias em 1967 quando os países socialistas rompem relações com o Estado de Israel (Sobre o assunto Ver KINOSHITA, 2000).

independentemente de reservas ideológicas, já que Israel esta em perigo, de apoio moral e material à Medinah.

A RESOLUÇÃO

“O comitê Central da União Cultural Israelita Brasileira IKUF”, junto com os comitês das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Niterói, Curitiba, Bahia e Santos. Reunidos em momento de excepcional gravidade para o Estado de Israel e o povo judeu (...) E em todas as cidades do Brasil, começou uma fermentação do Diabo. Noite após noite realizam-se reuniões para discutir de novo sobre o que já fora resolvido. Grosso modo, havia duas tendências em choque. Uma pró, outra contra Israel. Hoje à noite terá lugar outra reunião do IKUF na Capital Federal na qual o assunto deverá ser esclarecido, e estabelecido qual das duas tendências prevalecerá.²²

Após 1948, atenuou-se a oposição judaica de esquerda ao sionismo, visto que o Estado judaico tornou-se uma realidade e com a criação de Israel pode se perceber a viabilidade ou não de algumas premissas sionistas. O sionismo brasileiro, em função da disputa com demais grupos e almejando a condição de representante da comunidade que ajudava a construir, afastou-se de alguns postulados professados internacionalmente pelo movimento, como a *aliá* e o fim da diáspora. A questão de como transplantar os judeus do Brasil para Israel foi um ponto pouco analisado e debatido pelos sionistas brasileiros, os quais ao defenderem suas posições em nome dos “judeus do Brasil”, reforçavam a categoria de “judeus-brasileiros”. Se por um lado, a recriação do hebraico como língua do novo Estado se efetivou, o mesmo não ocorreu com o ideal de emigração para Israel e o conseqüente fim da diáspora.

O processo de organização comunitária e institucional dos judeus no Brasil transcorreu durante a primeira metade do século XX em meio ao processo imigratório judaico e a integração social, cultural e econômica desses imigrantes no país. Sionistas e progressistas ao apresentarem seus respectivos projetos de judaísmo desencadearam acirrados debates que impulsionaram a vida comunitária e institucional dos judeus no Brasil, que por sua vez, foi se amalgamando gradualmente a partir desse confronto que dinamizou a vida comunitária e permeou diversos setores do judaísmo brasileiro durante o período abordado.

²² Em que sentido evoluirão os progressistas do Brasil? Revista semanal, *Aonde Vamos?*, n. 700, Rio de Janeiro, 22 de Novembro de 1956, p. 05-07.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Airan Milititsky. *Saudações para um mundo novo: o Clube de Cultura e o progressismo judaico em Porto Alegre (1950-1970)*. Dissertação de Mestrado em história – Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS, Porto Alegre, 2009.

BARTEL, Carlos Eduardo. *Os emissários sionistas e o nacionalismo judaico no Rio Grande do Sul. 1945-1952*. Dissertação de Mestrado em História - Programa de Pós-Graduação em História – Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS, São Leopoldo/RS, 2006.

_____. Judeus-alemães e o movimento sionista no Rio Grande do Sul. In: COSTA, Miguel Ângelo S. da; DREHER, Martin N. e CARVALHO, Enildo de Moura (Orgs.). *Explorando possibilidades: experiências e interdependências sociais entre imigrantes alemães, seus descendentes e outros mais no Brasil Meridional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009. p. 99-119.

_____. Sionismo e progressismo: dois projetos para o judaísmo brasileiro. *WebMosaica Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 83-95, (jul.-dez) 2010.

BONDER, Nilton; SORJ, Bernardo. *Judaísmo para o século XXI: o rabino e o sociólogo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CLEMESHA, Arlene. *Marxismo e judaísmo. História de uma relação difícil*. São Paulo: Boitempo/Xamã, 1998.

CULLA, Joan B. *Breve história del sionismo*. Madrid, Alianza Editorial, 2009.

CYTRYNOWICZ, Roney. Além do Estado e da Ideologia: Imigração Judaica, Estado-Novo e Segunda Guerra Mundial. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 393-423, dez. 2002.

DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

FALBEL, Nachman. *Estudos sobre a Comunidade judaica do Brasil*. São Paulo: Federação Israelita do Estado de São Paulo, 1984.

_____. Os Sefaraditas e o Início da Imprensa Judaica no Brasil. *Mundo Judaico*. Edição 19, Dezembro, 1997. Disponível em: <<http://www.morasha.com.br/>> - Acesso em: 04 fev. 2008.

_____. *David José Pérez: uma biografia*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

_____. *Judeus no Brasil: estudos e notas*. São Paulo: Humanitas; Edusp, 2008.

FELDMAN, Sérgio Alberto. Os judeus vermelhos. In: *Revista de História Regional*, Ponta Grossa/PR, v. 6, n. 1. p. 137-146, 2001.

GUTFREIND, Ieda. *A imigração judaica no Rio Grande do Sul. Da memória para a história*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

- HERZL, Theodor. *O Estado Judeu*. Tradução de David José Perez. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.
- HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, Mito e Realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. *Intolerância e resistência: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1935-1975)*. São Paulo: Humanitas; Itajaí: UNIVALI, 2004.
- KINOSHITA, Dina Lida. O ICUF como uma rede de intelectuais. *Revista Universum*, Universidad de Talca, n. 15, p. 377-398, 2000.
- KLEINAS, Alberto. Gênese e trajetória da esquerda judaica não-sionista paulistana (Jugund Club e Casa do Povo). In: *Anais do III Encontro Nacional do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro: história, memória e identidade*. Belo Horizonte: Instituto Histórico Israelita Mineiro; AHJB, 2004. p. 245-266.
- KUPERMAN, Esther. ASA – Gênese e trajetória da esquerda judaica não sionista carioca. In: *Anais do III Encontro Nacional do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro: história, memória e identidade*. Belo Horizonte: Instituto Histórico Israelita Mineiro; AHJB, 2004. p. 227-244.
- MALAMUD, Samuel. *Do Arquivo e da Memória: Fatos, personagens e reflexões sobre o sionismo brasileiro e mundial*. Rio de Janeiro: Bloch, 1983.
- MILGRAM, Avraham (Org.). *Fragmentos de Memórias*. Rio de Janeiro: Imago, 2010.
- NETO, Sydenham Lourenço. Imigrantes judeus no Brasil, marcos políticos de identidade. In: *Lócus: revista de história*, Juiz de Fora/MG. v. 14, n. 2. p. 223-237, 2008.
- PFEFFER, Renato Somberg. *Vidas que sangram história: a comunidade judaica de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: C/Arte, 2003.
- POLIAKOV, Léon. *Do Anti-Sionismo ao Anti-Semitismo*. Perspectiva: São Paulo, 2000.
- RABKIN, Yakov M. *Judeus contra judeus: a história da oposição judaica ao sionismo*. Cotia/SP: Acatu, 2009.
- TELO DA CORTE, Andréa. A ADAF e a memória dos judeus progressistas de Niterói – 1922-2005. In: LEWIN, Helena (Org.). *Judaísmo e modernidade: suas múltiplas inter-relações*. Rio de Janeiro: PEJ/UERJ, 2007. p. 125-138.
- THIESSE, Anne-Marie. Ficções Criadoras: as identidades nacionais. In: *Anos 90*. Porto Alegre, n. 15, p. 7-24, 2001/2002.
- VITAL, David, *The Origins of Zionism*. Oxford: Oxford University Press, 1975.
- WEINBERG, Robert. *Le Birobidjan 1928-1996: L'histoire oubliée de "l'Etat juif" fondé par Staline*. Paris: Ed. Autrement, 2000.